

Quando uma mulher entra na política, muda a mulher...

...quando muitas mulheres entram na política, muda a política.

Michelle Bachelet
(presidenta do Chile)



Seminário no Sinpro discutiu a importância de políticas públicas que garantam o acesso da mulher aos espaços de poder. Págs 2 e 3.

Mulheres
marcharão
pela igualdade
em março
de 2010.
Pág 4



Seminário enfatiza importâ



A luta pela divisão sexual do trabalho, por representação política e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres tem sido travada ao longo dos séculos. Mesmo depois de conquistar o mercado de trabalho, e dos espaços alcançados nos âmbitos legislativo, judiciário e executivo, ainda há muito o que lutar para a ocupação dos espaços a que as mulheres têm direito. Para discutir como fazer isso várias professoras e estudiosas se reuniram no dia 6 de novembro na sede do Sindicato dos Professores no Distrito Federal para o 1º Seminário de Mulheres Educadoras do Sinpro cujo tema foi “Mais mulheres no poder, mais poder para as mulheres”.

A assessora parlamentar do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Patrícia Duarte Rangel, a secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arlete Sampaio, e a presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF), Rejane Pitanga, abordaram vários temas e metas para garantir cada vez mais a participação da mulher nos espaços de poder e em todas as instâncias da sociedade.

Durante o seminário, que além da presença de diversas professoras contou com a participação de diretores do Sinpro-DF, foram discutidos “O mundo político visto sob a ótica feminista”, “Mecanismos para ampliar a participação das mulheres nos espaços sindicais”, e “As mulheres na gestão das políticas públicas”. As propostas apresentadas serão levadas para o 4º Encontro de Mulheres Educadoras, que será realizado em março de 2010. Entre elas a necessidade de questionar a forma como a mulher é

retratada na mídia, sua presença na política, a mulher negra, a saúde e os direitos reprodutivos da mulher; a mulher na preservação do planeta; o incentivo para que as escolas incluam a Lei Maria da Penha no currículo pedagógico; divulgação nos meios de comunicação das “Boas Práticas da Aplicação da Lei Maria da Penha”; indicação literária e experiências positivas da ampliação da participação política da mulher nos espaços de poder no Jornal Sinpro-Mulher; curso de oratória para mulheres; formação de negociação coletiva; e a discussão do tema com as Promotoras Legais Populares (PLP’s).

De acordo com a presidente da CUT-DF, a reviravolta feminina pode ter início a partir do próximo ano. “Acho que temos um enorme desafio pela frente. No próximo ano, nas eleições, temos de refletir muito, pois temos uma responsabilidade muito grande e queremos avançar colocando mais mulheres no poder. Nosso compromisso é de mudar a vida de outras mulheres”, argumentou Rejane Pitanga.

“Este 1º seminário é relevante, pois nos empodera para o debate por mais espaços de poder e decisão. Nós educadoras, temos que ser protagonistas, e a escola pode ser o ponto de partida, do fortalecimento da luta pela implementação de políticas públicas que promovam a igualdade para todos e todas” afirmou Eliceuda França, coordenadora de da Secretaria de Mulheres do Sinpro. Ela acredita que 2010 será um ano que as mulheres terão um papel significativo, com a chegada de mais mulheres no poder para que as políticas que norteiam nossas vidas tenham também o olhar e a decisão das mulheres.”



Luta por mais espaço na política



A reforma política foi tratada durante o 1º Seminário de Mulheres Educadoras do Sinpro como uma preocupação eminente. Com o intuito de provocar discussões que possam ajudar na construção de um processo democrático nos mais variados setores da sociedade e principalmente em não haver distinção entre homens e mulheres mediante raça, credo ou quaisquer outras opções, a assessora parlamentar do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Patrícia Duarte Rangel, levantou a importância das mulheres alcançarem seu espaço na política, já que “a democracia exige a participação de todos e todas, inclusive das professoras”.

Segundo Patrícia, o mundo político instituído foi feito por homens, levando em consideração objetivos e necessidades por eles instituídas como prioridade. “O fato é que a política dá importância para o fator econômico, visibilidade e alguns outros aspectos primordialmente dominados pelos homens. Com isto vemos um pequeno número de mulheres na política”, argumenta. De acordo com pesquisa realizada pela Cfemea, o número de mulheres no poder mostra



a grande exclusão do grupo: 8% de deputadas, 11% de senadoras, 11% de governadoras, 11% de deputadas estaduais, 9% de prefeitas e 12% de vereadoras.

“As conquistas que alcançamos foram importantes, mas mesmo garantindo avanços ainda precisamos avançar na política radicalizando a democracia. Mais presença das mulheres na política é uma transformação no mundo”, pondera Patrícia.

Mulheres por



“Sabemos que a mulher negra está na base e não está presente no contexto político. Deveríamos chegar juntas ao poder”, pondera a professora Luciene.



“Muitas vezes as mulheres têm dificuldades em se projetar política e socialmente. Ainda sofremos muita discriminação”, diz a professora Maristela.



ênncia da luta feminina



Participação feminina nos espaços sindicais

O passado milenar de exclusão e segregação, cenário visto antes da Revolução Francesa no século XIX, começou a ser derubado com a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho. Com esta vitória houve uma transformação radical na sociedade, mas trouxe consigo problemas referentes ao acúmulo de tarefas por parte da mulher. Com esta sobrecarga a participação feminina nos movimentos sindicais tem deixado a desejar. Segundo a presidente da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal (CUT-DF), Rejane Pitanga, é preciso combater todas as formas de discriminação e incentivar o fortalecimento da articulação feminina nos sindicatos.

“É muito mais difícil para as mulheres se desvencilharem dos trabalhos domésticos para ocupar espaços nos movimentos sindicais. Além disto, temos de provocar o debate sobre a divisão sexual do trabalho e as revisões de poder no mundo trabalhista”, enumera Pitanga, revelando que dentro do próprio movimento sindical as mulheres encontraram alguns obstáculos. A igualdade de condições, políticas de inclusão dentro das cotas sindicais e em vários pontos de trabalho são algumas das barreiras encontradas pela classe feminina.

“Para nós as cotas de gêneros para composição das direções e das mesas de negociação coletiva; os espaços de formação coletiva; espaços de formação para mulheres nos sindicatos e creches para que crianças de até seis anos fiquem durante as atividades sindicais são primordiais para que tenhamos mais espaço nos sindicatos”, diz Rejane Pitanga. Entre as conquistas alcançadas pela categoria podem ser enumeradas a criação da Lei Maria da Penha; políticas públicas para liberar as mulheres das múltiplas jornadas de trabalho; o reconhecimento e a valorização das mulheres, e a igualdade de oportunidades.



es nas gestões das políticas públicas

“Não existe democracia plena se não a fizermos com a presença das mulheres”. É desta forma que a secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arlete Sampaio, interpreta a participação feminina nos movimentos sociais e nas políticas públicas. Ministra interina do MDS, a petista comenta que as mulheres conquistaram um importante espaço no governo Lula, que criou uma secretaria de políticas de igualdades sociais e de políticas para as mulheres. No primeiro mandato do presidente Lula houve uma luta pelo fim da criminalização das mulheres e houve determinação do governo para a capacitação dos professores que atuam na ação social para que não haja discriminação com as mulheres.

Arlete Sampaio ainda disse que no Ministério da Saúde foram criadas políticas públicas específicas para as mulheres, assim como todos os ministérios possuem esta preocupação. “Nós somos iguais, temos diferenças fisiológicas com os

homens, mas exigimos os mesmos direitos. Para isto precisamos lutar para a criação de políticas públicas para as mulheres nas áreas sociais, da saúde, da educação e de outras preocupações que temos, pois para mudar a política é necessária uma maior participação das mulheres”, afirmou.

De fato as mulheres caminharam lado a lado com muitos homens na busca por uma sociedade igualitária e sem discriminação, buscando condições para o exercício pleno da cidadania sem preconceitos de gênero, geração, raça/etnia, orientação sexual e demais discriminações que tenham como base as diferenças construídas socialmente a partir da liberdade de escolha e do livre arbítrio. “Para isto temos de analisar bem a frase dita pela presidente do Chile, Michelle Bachelet: ‘Quando uma mulher entra na política, muda a mulher. Quando muitas mulheres entram na política, muda a política’”, finaliza a diretora Eliceuda França, coordenadora da Secretaria para Assuntos e Políticas para as Mulheres Educadoras do Sinpro-DF.

“Precisamos lutar por creches públicas e de políticas públicas que beneficiem as mulheres. Queremos respeito”, salienta a professora Leila.



“É visível como a mulher tem preocupação com o todo e quando temos a posse do dinheiro, conquistamos nosso espaço”, revela a professora Tânia.



“Uma mulher preparada conquista o seu espaço e é justamente isto que estamos precisando”, finaliza Joeme.

A campanha dos 16 Dias de Ativismo entra no ar

“Uma Vida sem Violência é um Direito das Mulheres. Comprometa-se. Tome uma atitude. Exija seus direitos”. Com este slogan a edição 2009 da Campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres no Brasil”, realizada entre os períodos de 20 de novembro a 10 de dezembro, dá visibilidade às diferentes formas de violência, ainda presentes no cotidiano de muitas mulheres.

A questão do direito humano a uma vida sem violência

e do enfrentamento à violência contra as mulheres combina uma discussão ampla, que nos permite desvendar e desconstruir as amarras da cultura milenar que estruturou e consolidou as desigualdades de gênero. Ao sensibilizar diversos atores para a temática, incluindo tomadoras/es de decisão nas três esferas, a Campanha contribui para a implementação efetiva do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e o do Plano Nacional de Política para as Mulheres. Saiba mais no site www.16dias.org.br.



Marcha Mundial das Mulheres realizará sua III Ação Internacional em 2010

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é um movimento feminista, anticolonialista e antiimperialista que existe há mais de dez anos. Antes de se constituir como um movimento a MMM surgiu como uma articulação de mulheres e organizações feministas, a partir de um encontro internacional realizado em 1998, no Québec, Canadá. A proposta deste encontro era organizar uma Campanha Mundial de enfrentamento às causas da pobreza e da violência, objetivo que culminou na realização da primeira ação mundial da Marcha no ano 2000.

A III Ação Mundial, que acontecerá em 2010, está organizada sobre quatro eixos de ação. São eles: autonomia econômica das mulheres, bens comuns e serviços públicos, violência contra as mulheres e paz e desmilitarização. Assim como na primeira ação, no ano 2000, o período de mobilização da MMM no próximo ano vai do dia

oito de março ao dia dezessete de outubro, sendo que cada país realizará atividades de acordo com suas condições e realidade. No Brasil chegou-se a um consenso de que nossa principal ação acontecerá entre os dias 8 e 18 de março, quando três mil companheiras marcharão de Campinas a São Paulo, denunciando a exploração do trabalho das mulheres, a ausência de políticas públicas, os altos índices de violência e suas conseqüências. A intenção é parar nas cidades que ficam neste trajeto e dialogar com a população local, realizar atividades de formação com as marchantes e dar visibilidade à luta das mulheres brasileiras e de todo o mundo.

Se você tem interesse em saber mais sobre a Marcha Mundial das Mulheres ou contribuir com a Ação 2010, entre em contato pelos e-mails pola@cutdf.org.br ou michelli_costa11@hotmail.com ou saiba mais pelo site <http://www.sof.org.br/marcha/>

Menopausa não é um bicho de sete cabeças

A maior parte das mulheres para de menstruar entre os 48 a 52 anos (algumas um pouco mais cedo). Como a expectativa de vida das mulheres gira em torno de 75 anos, restam ainda 25 anos para viver bem. Não é de se jogar fora, não?

Por isso não dá para pensar a menopausa somente pelo seu lado negativo. A menopausa coincide com um período mais tranqüilo da vida, com os filhos já crescidos. Nesta época a mulher pode dar mais atenção a si mesma. Algumas mulheres retomam os estudos, outras resolvem tomar aulas de pintura ou de música.

Se você tem interesse em assuntos espirituais, agora haverá mais tempo para se dedicar a estudos mais profundos e aprender a meditar - isto vai ajudá-la a suavizar os sintomas emocionais da menopausa, como insônia, angústia, etc. Pode ser uma boa época para atuar na política, se dedicando a movimentos sociais e sindicais, por exemplo.

COMBATA ESSES MITOS SOBRE A MENOPAUSA

O sexo acaba na menopausa

Presidente da Sociedade Brasileira do Climatério (Sobrac), o ginecologista Alberto Soares garante que, ao contrário do que se costuma dizer, a vida sexual não acaba na menopausa. Embora a mulher sinta a vagina mais ressecada, é possível reverter o problema com a própria

Não se deve tratar a menopausa

Ela não é uma doença, mas seus sintomas podem e devem ser tratados. A médica ou médico é que vai determinar se a mulher deve ou não tomar hormônio. Em casos de mulheres com histórico familiar de câncer, pode não ser recomendado, mas não existe risco para quem não tem casos na família, afirma Rubens. Em todo caso, é preciso conversar com sua médica.

A menopausa chega antes para mulheres que menstruaram cedo

Os especialistas garantem que a chegada da menopausa não tem relação com o tempo de menstruação, mas com o número de filhos que a mulher teve.

Menopausa engorda

Esse mito é fruto da generalização. Algumas mulheres nunca aumentaram de peso na menopausa. Depende de cada metabolismo.

A menopausa começa aos 50

Não é apenas aos 50 que a menopausa pode chegar. Estatísticas indicam que uma em cada 100 mulheres para de menstruar por volta dos 40 ou até mais cedo. A idade média da menopausa é por volta dos 52 anos, mas a ex-

tensão da idade vai de 45 a 55 anos. Além da cirurgia que retira os ovários, outros fatores podem adiantar a menopausa, como estresse crônico e desnutrição.

Yoga pode ser aliada

Alguns estudos indicam terapias alternativas que envolvem o consumo de soja, grãos integrais, certos legumes e outros alimentos que são ricos em fitoestrogênios para aliviar os sintomas. A vitamina E e Black Cohosh também são recomendados, mas qualquer tratamento alternativo deve ser discutido com o seu médico. Os sinais e sintomas da menopausa são passageiros e ao mudar o estilo de vida, a mulher pode passar por esta fase sem grandes problemas. Por isso, não fume, cuide da alimentação e faça exercícios físicos. Os exames de mamografias e papanicolaу devem ser rotineiros e com acompanhamento médico.

E está comprovado cientificamente: a yoga pode ser uma poderosa aliada como terapia de reposição hormonal. A professora Dinah Rodrigues, graduada em filosofia e psicologia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), realizou uma pesquisa com suas alunas de yoga e que estavam em processo de menopausa e comprovou uma elevação hormonal de 254% em média, em quatro meses de prática. Houve também a diminuição da intensidade dos sintomas da menopausa ou na maioria dos casos a eliminação completa dos sintomas e uma melhora de osteoporose e osteopenia. Vale ler o seu livro "Yoga - Terapia - Hormonal para Menopausa". Saiba mais no site www.dinahrodrigues.com.br.

Agende sua escola!

No dia 24 de novembro, terça-feira, de 9 às 12h, o Sinpro, com o apoio da CNTE, realizará um "aulão" sobre DST/Aids no Museu da Imprensa Nacional, com especialistas do Ministério da Saúde esclarecendo os alunos da rede pública. Se você quiser agendar a presença de sua turma ligue para o Sinpro, nos telefones 3343-4212 ou 3343-4211 e fale com a Talita. O evento terá seu momento lúdico, com a apresentação de uma peça sobre a questão.

No dia 25 será a vez de uma palestra no presídio feminino sobre o mesmo tema. Como o diagnóstico de Aids tem crescido entre a população feminina, o objetivo é alertar as a todas para a importância do diagnóstico precoce e da prevenção.

O urro ancestral da faculdade injuriada

Vídeos veiculados pelo YouTube mostram a estudante de Turismo Geisy Arruda, da Uniban, em São Bernardo do Campo (SP), sendo xingada e acuada por outros alunos por causa do comprimento do vestido. Ela teve de ser escoltada para fora do prédio por policiais.

Sem ninguém saber muito bem como o delírio coletivo teve início, dezenas de pessoas passaram em coro a gritar "puta" e ameaçá-la de estupro. A saída foi esconder-se em uma sala, sob os urros de uma multidão enfurecida pela "falta de decoro" do vestido rosa.

Não há justificativa moral possível para esse incidente. Ele é um caso claro de violência contra a mulher. Ao contrário do que os censores do vestuário possam alegar, não há nada de errado em usar

um vestido rosa curto para ir às aulas de uma faculdade noturna.

As imagens são grotescas: de um lado, uma mulher acuada foge da multidão que a persegue, e de outro, do lado de quem filma, dezenas de celulares registram a cena com a excitação de quem assiste a um espetáculo. Ninguém reage ao absurdo da perseguição ao vestido rosa. O fascínio pelo espetáculo aliena a todos que se escondem por trás das câmaras. Quem sabe a lente do celular os fez crer que não eram sujeitos ativos da violência, mas meros espectadores.

Pode causar ainda mais espanto o fato de que a multidão não tinha sexo. Homens e mulheres perseguiram o vestido rosa com fúria semelhante. Há mesmo quem conte que a confusão foi provocada por uma estudante. Mas isso não significa que a violência seja moralmente neutra quanto à desigualdade de gênero. É uma lógica machista a que alimenta sentimentos de indignação

e ultraje por um vestido curto em uma mulher.

Não há nada que justifique o uso da violência para disciplinar as mulheres. Nem mesmo a situação hipotética de uma mulher sem roupas justificaria o caso. Mas parece que uma mulher em um vestido insinuante provoca mais fúria e indignação que a nudez. O vestido rosa seria o sinal da imoralidade feminina, ao passo que a nudez denunciaria a loucura. A verdade é que não há nem imoralidade, nem loucura. Há simplesmente uma sociedade desigual e que acredita disciplinar os corpos femininos pela violência. Nem que seja pela humilhação e pela vergonha de um vestido rosa.

Trechos de artigo da antropóloga Débora Diniz, professora da UnB e pesquisadora da Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero - leia o artigo completo no seguinte endereço: <http://www.cfemea.org.br/noticias/detalhes.asp?IDNoticia=1034>